

MEC lava as mãos: escola pode cobrar quanto quiser

Brasília — O Ministério da Educação não vai tomar qualquer providência em relação às escolas particulares que se recusam a cumprir o índice de reajuste das mensalidades fixado pelo governo (35% mais 15% negociáveis).

— Se os pais decidirem pagar o que cada estabelecimento cobrar, não cabe ao Estado influir na decisão de cada um — sentenciou ontem o secretário-geral do MEC, Aluísio Sotero.

Na Capital da República, as aulas começaram normalmente no último dia 9, na maioria das escolas. O restante voltará a funcionar dentro de cinco dias e, seguindo determinação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), cada uma ainda estuda o índice de reajuste que for necessário para manter o seu equilíbrio, como explicou o vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de Brasília, Jaime Zveiter.

O Ministério da Educação não tomará qualquer atitude:

— Agora está a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação promoverem a efetiva fiscalização e tomarem as medidas necessárias — explicou o secretário-geral. Cada CEE tem um membro da Sunab em seus quadros, e Sotero confia que o órgão, além dos Procons estaduais, defenda os interesses dos pais de alunos.

Quanto aos pais, “não devem pagar além do índice estipulado pelo Decreto 93.911/87”, como recomenda o MEC. Sotero afirma que o reajuste de 35% (mais 15% a serem negociados entre escola e pais) é suficiente para atender pelo menos a 90% das necessidades financeiras das escolas privadas do país. Caso não tenha suas carências supridas, cada estabelecimento pode recorrer ao Conselho Estadual de Educação para pedir a “correção de defasagem” para o semestre seguinte.

— Criou-se, hoje, a polêmica do absurdo. As escolas podem solicitar a correção de defasagem, mostrando suas necessidades, mas até agora nenhuma o fez. E a Fenen está brigando por apenas 4,7%, pois a própria entidade sugeriu ao MEC que o índice de reajuste fosse de 62,5%.

Sotero estranha a ameaça da Fenen de arguir o Supremo, através da Procuradoria Geral da República, sobre a inconstitucionalidade do decreto que estabelece o índice de reajuste em 35%, porque esse decreto se baseia em “contribuições” levadas ao MEC pela própria entidade. Como diz Sotero, “o assunto está encerrado”. Cabe aos pais brigarem pelo cumprimento do decreto.

A Sunab também entra na jogada: garante seu superintendente, que é outro Aluísio (Teixeira), que até depois de amanhã começa um levantamento das escolas que estiverem des-

respeitando a decisão do governo de limitar o aumento das taxas escolares em 55,25% (35% + 15% acumulados).

Sarney irritado

Além da ação da Sunab, que policia a área de preços, é possível que as escolas particulares também sofram com a ação do Conselho de Defesa dos Direitos do Cidadão, o Codici, que, a pedido do próprio presidente Sarney, deverá solicitar à Polícia Federal, através da Procuradoria Geral da República (o procurador que a representa no Codici é Wagner Gonçalves), abertura de inquérito para apurar responsabilidades nos aumentos.

O presidente Sarney se irritou — e resolveu entrar pessoalmente no assunto — depois de ler nota oficial do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, publicado nos jornais paulistas do dia 6, José Aurélio de Camargo, o sindicato patronal das escolas paulistas anuncia a disposição de aumentar as mensalidades acima dos níveis estabelecidos pelo governo.

A hora da Fenen

Em Belo Horizonte, o presidente da Fenen, Roberto Dornas, ao comentar a decisão do Ministério da Educação de deixar a cargo dos Conselhos Estaduais a fiscalização do reajuste das mensalidades escolares, afirmou que o Ministério “demonstrou que é incapaz de cumprir a tarefa e agora está confessando isso publicamente”.

Dornas voltou a protestar contra os dois decretos do governo que retiraram do Conselho Federal de Educação a competência para fixar e fiscalizar o percentual de reajuste das mensalidades escolares do ensino superior. Supõe o presidente da Fenen que os Conselhos Estaduais de Educação estão aparelhados para exercer a tarefa, mas o presidente do CEE de Minas, Fernando Dias Costa, não se quis manifestar a respeito.

Já o CEE de São Paulo pretende atuar em todos os níveis e utilizar todos os meios disponíveis para fazer com que a portaria do Ministério da Educação dos 35% mais 15% seja cumprida, embora sua presidente, professora Maria Aparecida Tanaso Garcia, considere que a fiscalização devesse caber à polícia, ficando o CEE só como defensor da economia popular.

O presidente do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, Lucilo Ávila Pessoa, acha que o órgão não têm, no momento, condições de fiscalizar os preços das mensalidades escolares no estado, como quer o Ministério da Educação, porque há “uma grande incoerência e muita confusão nos decretos baixados recentemente sobre o assunto”.

Ministro mostra “quadro negro”

Brasília — Para evitar a perplexidade dos novos dirigentes estaduais, o ministro Jorge Bornhausen vai expor o “quadro negro” da educação no país aos representantes dos futuros governadores, em reunião amanhã no Ministério. O dado mais preocupante é o alto índice de repetência na 1ª série do ensino básico (50% dos alunos matriculados), chamado de “vestibular oculto” pelo secretário-geral do Ministério da Educação, Aluísio Sotero.

— Não queremos uma denúncia meramente retórica, que venha a estigmatizar o ensino no país. O que queremos é buscar meios de transformá-la, através da consciência dessa dura realidade e de uma ação articulada entre MEC e governos estaduais.

De acordo com o documento a ser entregue pelo ministro aos futuros secretários — ou representantes escolhidos pelos governadores eleitos —, o acesso ao ensino básico deixou de ser o maior problema da educação. Hoje, 90% das pessoas de cada geração têm acesso ao ensino no Brasil. O grande desafio consiste em manter esse contingente na escola.

O alto índice de repetência acaba “expulsando” definitivamente o aluno da escola. E aproximadamente 4 milhões dos alunos matriculados na 1ª série repetem o ano.

O governador eleito do Rio de Janeiro, Moreira Franco, escolheu o presidente da Casa da Moeda, Carlos Alberto Direito, para representar seu governo na reunião.